



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
o País	-9. NOV. 1979	PODER POPULAR	

Duas missões prioritárias

E CERTO que, na situação em que nos encontramos e perante a enorme importância das eleições intercalares que se aproximam, pouco ou nenhum significado prático têm as visitas da primeira-Ministra Pintasilgo ao interior do País. Que mais dá, portanto, que se tenha deslocado a Viseu, a Amarante, ao Porto e a outros locais incluídos no seu itinerário propagandístico e que, sabendo que não tem o seu Governo condições nem tempo para cumprir com as mais aliantes e irrealizáveis promessas, se tenha desbragado em considerações inconsequentes e inoportunas que se encontram completamente fora da esfera de acção de um Executivo que veio preencher apenas um período de interregno político?

Não tem, de facto, nenhum significado concreto esse passear arrogante e autoconvencido. Não adiantam nem atrasam (apenas provocam custos desnecessários e percas de tempo precioso a quem recebe e aos que a acompanham) as dissertações da chefe de um Governo com os dias contados sobre a descentralização do poder central, sobre a necessidade de instalar novos hospitais, sobre os problemas da falta de habitação. Nem mesmo a sua afirmação, que tanto insurgiu o respectivo sector, ainda que negada posteriormente, de que «a banca nacionalizada não serve os interesses da população, mas apenas os de alguns gestores», por demais conhecida e em que, portanto, nem sequer foi original, acrescenta algo de positivo, pois que, isso sim, nas suas mãos esteve, se tivesse realmente querido, moralizar a actuação bancária e interferir, sobretudo, nesse Estado dentro do outro Estado que é o Banco de Portugal. Mas tal atitude não tomou a engenheira Pintasilgo, tendo, pelo contrário, conservado o governador Silva Lopes e reconduzindo, estranhamente, para o seu Gabinete, um secretário de Estado do Tesouro que, vindo do anterior, já nessa altura não acatava as directrizes emanadas do ministro das Finanças, pois que o seu «patrão» se encontrava e encontra localizado fora da área do poder governamental.

Na realidade, este episódico e fugaz período do V Governo, comandado por uma personalidade que apenas se preocupa com o princípio de que «mais vale ser rainha por um dia do que duquesa toda a vida», não ficará na História. Não ocupará uma só linha das suas páginas. Mas, sem dúvida, para os portugueses de hoje, que vivem o dia-a-dia dos acontecimentos, que sofrem na própria carne os efeitos de uma actuação toda ela virada para a demagogia e para o irrealismo, que percebem os efeitos da complexidade aguda de Esquerda que ataca muitos dos políticos pouco seguros de si, no presente, por razões que, na maioria dos casos, bastante têm a ver com o próprio comportamento do passado, para esses portugueses o espectáculo que presenciaram é triste... porque seria deveras hilariante noutras circunstâncias bem diferentes.

Não valerá a pena, pois, quanto a mim, dar grande relevo e prestar o mínimo de atenção a estas digressões turístico-propagandísticas oriundas de S. Bento. O que importa, pelo contrário, é enfrentarmos conscientemente o momento que se aproxima e tomarmos conta da importância de um acto que, se tiver a participação maciça de todos os cidadãos, marcará profundamente uma viragem na vida política, económica e social de um País que, ultrapassado um regime que estava caduco e anquilozado, se deixou envolver pela fantasia do esgotamento das reservas avaramente acumuladas, das promessas incumpridas, do caos a caminho da bancarrota, das injustiças gritantes e criminosas, dos proteccionismos escandalosos partidários e sectoriais de pessoas e de grupos, do controlo da Imprensa, do colectivismo socialista, da perseguição à iniciativa privada, do esbanjamento com as estazações altamente deficitárias, numa palavra, pela entrega demagógica e louca de todo um País à incompetência e, na maior parte das vezes, à pouca-vergonha e ao oportunismo.

É isto que se torna urgente e vital arrear do caminho de Portugal.

É esta aposta que se oferece agora aos portugueses, através do acto simples mas extremamente importante das eleições.

Porque, imposta que foi a necessidade de recorrer ao sufrágio para, em situação intercalar, se encontrar a representatividade autêntica do Povo na Assembleia da República e daí sair o Governo que terá que gerir os nossos destinos até nova ida às urnas dentro do prazo constitucionalmente instituído, é obrigação total dos portugueses, é seu dever indiscutível não ficar comodamente em casa no próximo dia 2 de Dezembro.

A abstenção, que em qualquer circunstância é condenável, no caso presente do nosso País representa um autêntico crime contra a Nação. E contra o futuro desta Pátria.

A posição que passou a tomar este Jornal e que ficou definida, inequívoca e claramente, no último Editorial, foi a de defender o voto na Aliança Democrática. Mas, respeitando intransigentemente a Democracia, aceitamos sem o mais

pequeno subterfúgio as opções diferentes que se manifestem, sejam quais forem as franjas políticas donde provenham, embora — escusado será repeti-lo — condenemos todas as tendências extremistas, de um e de outro lado das posições opostas.

Não desejamos o regresso ao 24 de Abril, na expressão conhecida do seu serodismo político, totalmente extravasada da realidade internacional, mas também lutaremos contra o que se seguiu imediatamente à data revolucionária, no período da loucura gonçalvista, do MFA, do Copcon, das comissões «ad hoc», do revolucionarismo incendiário, dos saneamentos selvagens e outros, das prisões sem culpa formada, das contas congeladas, das falências por via administrativa e de toda uma bagunça própria das conhecidas repúblicas das bananas.

De igual modo, como o 25 de Novembro não correspondeu, por falta de coragem, por incompetência, por ausência de consciência política, por complexos de Esquerda, por alguma incompreensível «camaradagem» militar, por erros sem fim praticados por quem estaria à altura — mas não o demonstrou — de tornar Portugal num Estado de direito, torna-se imperioso, utilizando as regras do jogo democrático, tudo fazer para que, de uma vez por todas e atendendo ao recurso à alternância possível, se procure agora moralizar uma situação que, também os partidos, contribuíram para degradar aceleradamente.

O Povo tem brevemente, com a concorrência às urnas; a sua grande oportunidade — talvez a derradeira. Está nas suas mãos contribuir para a definição daquilo que a maioria pretende. Se continuar, como até aqui, com governos minoritários ou presidenciais, a oscilação das tendências e dos conselhos parlamentares ou, pelo contrário, abrir caminho para a estabilização do regime, criando-se neste interregno, até às próximas eleições, as bases suficientes para que, de futuro, pelo menos a Lei Eleitoral passe a estar assente sobre uma regulamentação que não nos envergonhe perante a Europa civilizada.

O Conselho da Revolução, esse apêndice não-democrático que nos tem espezinhado com as suas interferências alheias à vontade popular, terminará em 1980. A partir daí, afastadas que sejam as personagens que se introduziram num mecanismo que, só por ironia, se afirma ter qualquer semelhança com as instituições democráticas europeias — antes tendo esse «Conselho» tudo a ver com os usados em regimes como o argelino e agora no sanguinário iraniano —, poderemos encarar com optimismo o estabelecimento de uma Democracia que ombreará com o grupo formado pelos futuros parceiros do Mercado Comum.

Mas falta ainda algum tempo até atingirmos o ideal dos países rigorosamente livres. Teremos que, acatando pacientemente uma regra que nos impuseram sem consulta, preparar o caminho para um futuro que não nos diminua perante os nossos descendentes.

Por isso que as eleições intercalares se revestem de um significado e de uma importância que todo o País terá que compreender na sua inteira profundidade.

Esta é a razão que se salienta para que nenhum português deixe de participar no acto histórico que se aproxima.

Mas admitindo, como se espera, que a abstenção não atinja uma percentagem significativa, partindo do princípio que o Povo escolherá conscientemente e não deseja que os problemas pendentes de Portugal se mantenham, supondo que a recomendação do Episcopado nacional calou bem fundo no espírito dos cidadãos, aceitando, portanto, que o resultado eleitoral não deixará dúvidas quanto ao porvir do nosso País e que esse caminho ficará definido em termos de repulsa por qualquer tipo de extremismo político é que, de igual modo, não haverá possibilidade de se repetir a acção grotesca e antipatriótica da «maioria de Esquerda» no homicídio de S. Bento, o que se seguirá depois não pertence apenas exclusivamente ao domínio dos profissionais da política. Antes cabe a todos os cidadãos participar activamente na reconstrução nacional. Pertence-lhes entregarem-se sem reservas à tarefa que os aguarda. E que será bem árdua e de enorme responsabilidade.

Não basta que depositem, num dia determinado, o seu voto nas urnas eleitorais. O abstencionismo laboral terá que ser igualmente condenado. O empenho nas tarefas profissionais deverá constituir uma quase mística de todos nós. A perfeição em todos os campos, do mais humilde trabalhador ao responsável mais qualificado, não poderá deixar de ser o compromisso que nos guiará nas missões que nos estão confiadas no dia-a-dia.

Numa palavra, pois: é hora de começarmos a trabalhar! Porque só teremos voz activa para criticar governantes, sejam eles quais forem, se, na parte que nos cabe, mostrarmos estar a cumprir com a nossa própria obrigação.

E como de um saco vazio não há ninguém que seja capaz de retirar o que for, impõe-se que, antes de tratarmos da distribui-

ção justa, nos comprometamos a encher o que outros, demagógica e incompetentemente, esvaziaram.

Não é outro o problema. Não valerá a pena inventarmos desculpas e sonharmos com hipóteses que estão fora de causa.

Portugal, apesar de tudo, apresenta-se ainda, perante o panorama mundial, com todas as perspectivas possíveis de enriquecimento pelos seus próprios meios. Porque aqui quase nada está feito. Só por isso.

Enquanto nos países chamados desenvolvidos o campo de acção é escasso e apenas os empreendimentos de vulto desmedido poderão ter ainda hipótese de rentabilidade palpável, entre nós, exactamente porque tudo ou quase tudo está por fazer, os investidores encontram largo espaço de manobra. A questão é, isso sim, criar as condições favoráveis para que investimentos nacionais e estrangeiros se arrisquem e, por via deles, se distribua posteriormente a riqueza a que os portugueses têm direito.

Mas, para tanto, trata-se, em primeiro lugar, de escorraçar os complexos de Esquerda que, em várias zonas, não abandonaram as individualidades que se encontram nas áreas de decisão. E que, no próximo Governo, haja a coragem política e humana de compreender que a miséria não é distribuível e que a colectivização, em Portugal depois de outros países, não prestou provas positivas.

Já não estará em causa, por agora, saber quem será o próximo Presidente da República. É certo que uma actuação futura semelhante à que seguiu o general Ramalho Eanes, especialmente nos últimos tempos, não poderá merecer a aprovação ou o apoio dos portugueses que não pretendem emparceirar em sonhos terceiro-mundistas. É verdade que se impõe entregar a residência periódica de Belém a um português que dê garantias de definição, de competência, de inteligência política, de verticalidade no cumprimento das promessas que constem do seu programa eleitoral. Mas, em qualquer circunstância, será ainda muito cedo para nos distrairmos com preocupações que virão a seguir. É uma escolha, exactamente por o ser, pressupõe a existência de mais de um candidato, para, em última análise, se definir aquele que parece melhor... ou, em derradeira instância, o menos pior.

Não alinhio, por isso, desde já, nas perseguições extemporâneas ao actual Chefe do Estado, independentemente de, como aqui tem sido referido, demonstrar a minha mágoa perante atitudes que claramente condeno. E como, ao contrário do que me tinha sido prometido, não me foi dado um esclarecimento sobre as razões de uma viragem política que considero perigosa, para o País e para o próprio Presidente, mantenho — porque sou honesto — a esperança de que, pelo menos, venha a existir a confissão de que os passos transviados se tivessem ficado a dever a uma inexperiência, a uma ignorância dos factos reais, a uma assessoria desastrosa, a uma confiança desmedida em pessoas que o levaram por mau caminho, a uma aventureira presunção de que «ir por ali» corresponderia à vontade da maioria dos portugueses.

E um arrependimento a tempo, desde que convicto, mereceu tanto respeito como as acções acertadas logo de início. Por vezes, até, os erros, ainda que caros, resultam num cabedal de experiência que, mais tarde, apresentam os seus frutos benéficos.

Insistir nos mesmos disparates, teimar nas mesmas companhias, repetir incongruências já cometidas é que, de facto, não poderá ser merecedor de perdão.

Daí esta minha expectativa complacente.

Que tem limites.

Que não se compadece com a hierarquia.

Mas que tem em vista, acima de tudo, uma devida serenidade e a preocupação de não extremar posições antes de tempo.

E porque considero muito mais urgente resolver, para já, o problema das próximas eleições intercalares e enfrentar com confiança o resultado que as mesmas nos mostrarem, porque não posso deixar de me inquietar quanto ao entendimento entre grupos aliados que se verificar após a contagem das urnas, porque tenho consciência de que depende, sobremaneira, do comportamento dos portugueses, na sua actividade quotidiana, logo que sejam conhecidos os números do sufrágio do dia 2 de Dezembro, porque sei que uma Nação não vale apenas pelo que os políticos forem capazes de fazer mas, sobretudo, pela produtividade de toda a população, deixo para depois, para a altura oportuna, a posição que será necessário assumir perante o general Eanes. Quando esse acto eleitoral estiver à vista.

Votar agora, portugueses, é que constitui a preocupação prioritária. Trabalhar — e muito — é que representa a obrigação a que não temos o direito de nos furtar.

É preciso voltar a encher o saco. E temos que estar atentos para que não tornem a esvaziá-lo com carnavais revolucionários.